



Simulado Especial

# CGM RJ

Técnico de Controle Interno  
**Pós-Edital**

# Simulado

## Simulado CGM RJ - Técnico de Controle Interno

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGM RJ (Técnico de Controle Interno);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGM-RJ-Técnico-11-02>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

**PORTUGUÊS***Fábricio Dutra*

Daniel Blair tem 4 aninhos e achou que seu cachorrinho de apenas uma semana de vida estava muito sujo. O melhor jeito encontrado para um banho rápido foi atirar o animal na água do vaso sanitário – e dar descarga. Por sorte, a mãe descobriu a tempo, e bombeiros resgataram o animalzinho ainda vivo no esgoto. O caso aconteceu no início de junho, na Inglaterra, e chamou a atenção das câmeras do mundo inteiro. Muitos perguntaram: será que Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

Provavelmente não. Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

**01.** O texto acima é predominantemente:

- a) informativo, já que traz informações sobre um fato real ocorrido;
- b) dissertativo-argumentativo, pois inclui-se no debate científico sobre o fato de o menino ser psicopata;
- c) descriptivo, porque acumula qualidades e características do temperamento psicopata;
- d) dissertativo-expositivo, visto que simplesmente traz um fato ao conhecimento do público, sem discuti-lo;
- e) narrativo, uma vez que apresenta uma série de ações em sequência cronológica e encerra com uma dissertação sobre o fato de o menino ser psicopata ou não.

**02.** Caso se chegasse à conclusão de que o menino é um psicopata, devido ao fato ocorrido, qual a falha de raciocínio teria acontecido:

- a) simplificação exagerada.
- b) troca entre causa e efeito.
- c) argumentação por analogia.
- d) generalização excessiva.
- e) estatística tendenciosa.

**03.** Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

O emprego do verbo destacado indica:

- a) que se coloca em xeque a veracidade da afirmação.
- b) um fato posterior (normalmente hipotético) a um fato no passado.
- c) uma consequência hipotética, atrelada a uma condição, que não chegou a realizar-se.
- d) incerteza sobre fatos passados ou futuros por meio de questionamento.
- e) polidez em um posicionamento.

**04.** Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

Assinale a opção em que o termo destacado pertença à mesma classe do que está destacado acima:

- a) Eles chegaram a ser contra o argumento do autor.
- b) Tudo isso que aconteceu foi injusto.
- c) Ouviu o barulho do motor ligando.
- d) A melhor música de todos os tempos é essa.
- e) Acabou de começar o novo seriado desse canal.

**05.** Por sorte, a mãe descobriu a tempo;  
A expressão destacada não poderia ser substituída  
por:

- a) ainda bem
- b) felizmente
- c) graças a Deus
- d) finalmente
- e) afortunadamente

**06.** Marque a alternativa em que a conjugação dos verbos no imperativo está incorreta:

- a) André, fala comigo!
- b) Empregados, trabalhai com afinco!
- c) João e Maria, não vos perdei na floresta!
- d) Luciano, não compre esse livro!
- e) Não jogues o lixo no chão!

**07.** Assinale, nas frases a seguir, qual é a opção em que há desvio em relação à norma, quanto ao emprego do pronome relativo.

- a) O homem que traz o pão ainda não passou hoje.
- b) Este é o livro sobre o qual Marcelo fez a resenha.
- c) O caminho por onde passamos está cheio de árvores floridas.
- d) Ontem vi um filme a cuja história se passa durante a Primeira Guerra.
- e) Aquele é o menino para quem Roberta doou a bicicleta?

**08.** Chegamos à fazenda à uma da tarde e logo saímos a cavalo, dirigindo-nos a Americana (cidade do Estado de São Paulo), onde ficamos, a tarde. Sobre o excerto acima:

- a) Há três erros quanto ao emprego (ou não emprego) do acento de crase.
- b) O acento de crase está incorreto antes do artigo indefinido ‘uma’.
- c) O acento de crase deveria ter sido empregado no ‘a’ antes do termo ‘cavalo’, pelo fato de estar implícita a palavra ‘moda’.
- d) Deveria ter sido empregado acento de crase no ‘a’, antes de tarde’, pelo fato de esta expressão ser uma locução adverbial feminina.
- e) Deveria ter sido empregado acento de crase no ‘a’, antes de Americana, visto que tal palavra é feminina.

**09.** Levando em conta a correção, concisão, ritmo e eufonia, aponte a melhor transformação destas duas orações

- (1) o guarda viu isto + (2) ele quebrou.
- a) O guarda viu-lhe quebrar.
- b) O guarda viu que ele quebrar.
- c) O guarda viu isto: que ele quebrar.
- d) O guarda viu ele quebrar.
- e) O guarda viu-o quebrar.

**10.** “Veio-me a desagradável impressão de que todo mundo reparava nas minhas galochas.”

A oração destacada acima exerce a função de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) predicativo
- d) aposto
- e) complemento nominal

**MATEMÁTICA FINANCEIRA****Eduardo Mocelin**

**11.** Um devedor deve efetuar dois pagamentos para quitar suas dívidas: um para daqui 6 meses no valor de R\$ 7.500,00 e outro para daqui a 10 meses no valor de R\$ 12.000,00. Dispondo de uma quantia X, o devedor deseja aplicar essa quantia à taxa de 2,5% ao mês, a juros simples, de modo a daqui a 6 meses retirar todo o montante e efetuar o primeiro pagamento. Na mesma data, após o pagamento, o devedor pretende aplicar a quantia que sobrou a juros simples, à taxa de 5% ao mês, pelo prazo restante, com a finalidade de daqui 10 meses retirar todo o montante da segunda aplicação e com ele quitar o segundo pagamento, sem falta nem sobras. Para que assim aconteça, X deve ser igual a

- a) R\$ 14.876,14
- b) R\$ 15.217,39
- c) R\$ 15.846,72
- d) R\$ 16.382,91
- e) R\$ 16.765,80

**12.** Arnaldo aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00, durante 6 meses, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, com capitalização bimestral. Ele resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final deste prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples é:

- a) 13,64%
- b) 13,81%
- c) 14,36%
- d) 14,69%
- e) 15,16%

**13.** Um boleto de aluguel de R\$ 2.000,00 foi pago com atraso de 2 meses e 20 dias. Os juros relativos ao atraso foram cobrados utilizando a convenção linear, e a taxa de juros compostos instituída no contrato de locação foi de 6% ao mês.

O juro cobrado foi de:

- a) R\$ 320,00
- b) R\$ 343,71
- c) R\$ 337,09
- d) R\$ 365,12
- e) R\$ 380,00

**14.** Arnaldo deseja tomar R\$ 1.500,00 emprestados de seu amigo Bernaldo e ofereceu devolver essa quantia acrescida de juros de 3% ao mês, em regime de juros compostos, ao final de dois meses da data do empréstimo. Bernaldo aceitou a oferta sob a condição de que Arnaldo desembolsasse R\$ 30,00 no momento do empréstimo para pagamento de despesas relacionadas a reconhecimento de firma. Para Arnaldo, o valor que mais se aproxima da taxa efetiva de juros da transação para o período de 2 meses é:

- a) 6,09%
- b) 6,83%
- c) 7,35%
- d) 7,89%
- e) 8,26%

**15.** Um comerciante vendeu R\$ 3.000,00 em produtos e receberá o pagamento em três parcelas R\$ 1.000,00 cada uma, para 30, 60 e 90 dias, respectivamente. Necessitando antecipar os recebimentos, ele faz uma operação de desconto comercial simples à taxa de 5% ao mês. O valor recebido após o desconto é de:

- a) R\$ 2700,00
- b) R\$ 2731,04
- c) R\$ 2770,18
- d) R\$ 2840,00
- e) R\$ 2890,50

**16.** A empresa Desconta Tudo S.A. desconta um título em um banco que realiza essa operação aplicando taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês. Se o prazo para o pagamento do título é de 5 meses, então a taxa efetiva mensal de juros cobrada pelo banco nessa operação é de, aproximadamente:

- a) 3,15%
- b) 3,27%
- c) 3,34%
- d) 3,45%
- e) 3,53%

**17.** Arnaldo deve ao banco Dinheiro Fácil S.A. três parcelas de R\$ 5.000,00 cada, vencíveis daqui a 3 meses, 4 meses e 5 meses. Ao prever que receberia uma herança daqui 5 meses, Arnaldo propõe hoje ao banco substituir as três parcelas por um único pagamento, a ser feito daqui a 5 meses. Se nos cálculos forem utilizados juros compostos, à taxa de 5% ao mês, o valor desse pagamento deverá ser de:

- a) R\$ 15.750,00
- b) R\$ 15.762,50
- c) R\$ 16.366,50
- d) R\$ 16.472,00
- e) R\$ 16.550,50

**18.** Para resolver o problema, utilize, se necessário, a tabela de fator de valor atual a seguir.

n	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633

Um indivíduo comprou um fogão em 10 prestações mensais sucessivas no valor de R\$ 150,00 cada, com a primeira prestação a ser paga no ato. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente do fogão é

- a) R\$ 1279,53
- b) R\$ 1290,73
- c) R\$ 1317,92
- d) R\$ 1334,12
- e) R\$ 1362,56

**19.** Suponha que um financiamento de R\$ 10.000,00 realizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) deve ser liquidado em vinte prestações mensais. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor da última prestação será igual a

- a) R\$ 500,00
- b) R\$ 515,00
- c) R\$ 530,00
- d) R\$ 545,00
- e) R\$ 560,00

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

**20.** Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 será pago em 12 prestações mensais iguais, vencendo a primeira delas um mês após a liberação dos recursos. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 3% a.m., o valor das prestações é, aproximadamente:

Dado:  $1,03^{-12} \approx 0,70$

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 10.200,00
- c) R\$ 10.500,00
- d) R\$ 10.800,00
- e) R\$ 11.000,00

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO I**

---

*Fabiano Pereira*

**21.** Vanessa, Prefeita da cidade do Rio de Janeiro, publicara um edital de licitação para a compra de 1.000 cadeiras para a Escola Municipal Luiz Gama. Todavia, no dia seguinte à publicação do edital, ocorrerá uma tempestade que ocasionara uma enchente danificando grande parte da Escola. Pelo fato sucedido, a Prefeita Vanessa optara pela revogação da licitação, *ex-officio*.

Com base no caso fictício em tela, é correto afirmar que a atitude da Prefeitura está relacionada ao princípio da:

- a) Razoabilidade.
- b) Indisponibilidade.
- c) Eficiência.
- d) Moralidade
- e) Autotutela.

**22.** Rodolfo, Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, durante o seu treino físico na academia, notou uma movimentação estranha na casa à frente ao ginásio. Ele percebeu a constante entrada e saída de carros esportivos, com dois seguranças realizando a vigia do portão da garagem. Desconfiado, Rodolfo perguntou ao seu instrutor que tipo de estabelecimento era aquele à frente da academia. Mário, seu instrutor, disse que o dono da casa mantinha no espaço um prostíbulo com máquinas caça-níquel. Rodolfo, após terminar o treino, adentrou na casa. No interior do lugar descobriu que, além de ser um prostíbulo e dispor de jogos de azar, existia também a venda ilícita de drogas e rinha de cachorros, uma luta realizada entre cães especialmente criados e treinados para brigas. Fábio, o proprietário da casa e igualmente dono da academia, em seu escritório, ofereceu vantagem econômica a Rodolfo para fazer “vista grossa” do caso, e que inclusive o deixaria treinar gratuitamente em seu ginásio. Rodolfo aceitou a proposta.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que, nesse caso fictício em tela, a conduta de Rodolfo:

- a) Não constitui ato de improbidade administrativa;
- b) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. As penas aplicáveis são: Perda de função pública; Suspensão dos direitos políticos até 14 anos; Pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano, entre outras;
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios administrativos. Suas penas e sanções são: Ressarcimento integral do dano; Pagamento de multa civil de 24 vezes o valor da remuneração, entre outras;
- d) Constitui ato de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário. Suas penas e sanções são: Perda de função pública; Suspensão dos

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

direitos políticos até 12 anos; Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, entre outras;

- e) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. Suas penas e sanções são: Suspensão dos direitos políticos até 14 anos; Perda de função pública; Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, entre outras.

**23.** Thales, Delegado do Palácio da Polícia Civil do Rio de Janeiro, recebeu diversas denúncias sobre um novo grupo criminoso que atuava realizando extorsões por meio da prática de *Ransomware*, um tipo de malware de sequestro de dados, feito através de criptografia, que usa como refém arquivos pessoais da própria vítima. Thales, atuando dentro da sua autoridade, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da Delegacia, estabelecendo que o setor de Crimes Cibernéticos, fosse composto pelos agentes: Camila, Fernanda, Roberta e Daniel.

Com base no caso fictício em tela, o ato administrativo praticado por Thales decorreu do:

- a) poder disciplinar, que autoriza o Delegado a efetuar atos normativos internos naquela delegacia;
- b) poder hierárquico, que autoriza o Delegado a realizar estruturações internas na delegacia;
- c) poder regimental, que autoriza o Delegado a inovar no ordenamento estrutural no âmbito da delegacia;
- d) poder de polícia, que autoriza o Delegado a organizar as rotinas administrativas necessárias à investigação criminal;
- e) poder de fiscalização, que autoriza o Delegado a supervisionar as rotinas operacionais da delegacia.

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

**24.** Bruna possuía permissão da Prefeitura do Rio de Janeiro para a administração de estabelecimento onde alugava pranchas para surfistas, em frente à Praia da Reserva. Entretanto, infelizmente, após uma enchente, o espaço ficou inutilizável. Como a prefeitura já tinha planos de criar uma praça com pista de skate e rede wi-fi no lugar, o estabelecimento foi destruído para construção da praça municipal. Assim sendo, a permissão que Bruna obtinha da prefeitura acabou sendo extinta.

No caso fictício em tela, assinale a alternativa que afirma corretamente a forma de extinção do ato administrativo:

- a) Caducidade;
- b) Renúncia;
- c) Extinção subjetiva;
- d) Extinção objetiva;
- e) Extinção natural;

**25.** O Estado do Rio de Janeiro, no mês de Janeiro de 2023, sofrera diversas enchentes que acabaram por deixar a capital imersa em detritos. Após a normalização do problema, com o esvaziamento das inundações, a autarquia responsável pelo recolhimento do lixo espalhado pela cidade realizou o serviço de retirar a maior parte dos detritos. Porém, mesmo depois do trabalho árduo da autarquia, ainda sobraram vários resíduos de menor volume pela capital, em sua maioria objetos recicláveis e reutilizáveis.

Dessa forma, o Prefeito entendendo que a limpeza da cidade era de alta complexidade e demandava rapidez na solução, decidiu celebrar contrato administrativo que tinha por objeto a coleta, o processamento e a comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

No caso fictício em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a contratação poderá ser feita:

- a) Mediante contratação direta por inexigibilidade de licitação;
- b) Mediante modalidade pregão;
- c) Mediante dispensa de licitação;
- d) Mediante modalidade leilão;
- e) Mediante modalidade concorrência.

**26.** Em um fórum no Estado do Rio de Janeiro, no horário de expediente, o cidadão Alberto, cadeirante em razão de acidente, descia com sua cadeira de rodas, pela rampa de entrada que garante acessibilidade à pessoa com deficiência. De repente, foi atingido por um carrinho cheio de autos de processos que era empurrado pelo técnico judiciário Anderson, que se distraia com o celular. Alberto foi arremessado ao chão, sofrendo lesões em sua perna que ocasionaram a necessidade de intervenção cirúrgica.

Ao procurar a Defensoria Pública buscando ingressar com ação indenizatória, Alberto foi informado de que, no caso:

- a) incide a responsabilidade civil subjetiva, por parte do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- b) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Estado do Rio de Janeiro, e é desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- c) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- d) não incide a responsabilidade civil objetiva do Estado do Rio de Janeiro nem do Poder Judiciário Estadual, pois se tratou de um acidente, sem dolo ou culpa de agente público;
- e) incide a responsabilidade civil subjetiva, pois se tratou de caso fortuito ou força maior, sem qualquer falha na prestação do serviço público ou culpa e dolo de agente público.

**27.** O Delegado de Polícia Bruno, iniciou as investigações de um crime de latrocínio cometido dentro de uma organização estatal estadual com personalidade jurídica de direito privado e capital integralmente público. O Delegado determinou a Fernanda, uma das agentes de polícia, que realizasse uma diligência interrogando os funcionários, testemunhas do entorno do local e que resgatasse dos estabelecimentos em volta as filmagens das câmeras de vídeo do mês inteiro, para análise minuciosa no Palácio de Delegacia.

Considerando a situação fictícia acima, julgue as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) O crime foi cometido em uma sociedade de economia mista, com sua criação autorizada por lei específica;
- b) O crime foi cometido em uma autarquia, com sua origem a partir de criação por lei específica;
- c) O crime foi cometido em uma fundação pública, com sua criação por decreto;
- d) O crime foi cometido em uma empresa pública, com sua criação autorizada por lei específica;
- e) O crime foi cometido em uma agência reguladora, com sua criação por decreto.

**28.** Alessandra, Prefeita Municipal, depois de estudos arquitetônicos e usando critérios de oportunidade e conveniência, iniciara o asfaltamento das vias públicas da cidade, pela avenida do bairro Luiz Gama. Insatisfeita, a associação de moradores do bairro José do Patrocínio ajuizou ação judicial pleiteando que as ruas de seu bairro sejam as primeiras a receber pavimentação. No caso fictício em tela, em tema de controle judicial dos atos administrativos, o pleito da associação de moradores:

- a) não merece progredir, uma vez que, ao se tratar de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, e sim, apenas, o controle da legalidade do ato;
- b) não merece progredir, visto que, ao se tratar de ato vinculado, o Poder Judiciário, em regra, não pode adentrar à análise da legalidade do ato, restringindo-se ao controle do mérito administrativo;
- c) merece progredir, pois ao se tratar de ato discricionário, o Poder Judiciário, em regra, pode adentrar à análise somente do mérito administrativo e não de aspectos pertinentes à legalidade do ato;
- d) não merece progredir, eis que, em se tratando de ato vinculado, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, tão pouco o controle da legalidade do ato;
- e) merece progredir, eis que, em se tratando de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, cabe a análise tanto do mérito administrativo, como de aspectos relacionados à legalidade do ato.

**29.** O município do Rio de Janeiro, depois abrir licitação, firmou com sociedade empresária *Grupo RJBR* contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal. Contudo, após um ano, durante o prazo da concessão, chegaram à Ouvidoria da Prefeitura diversas reclamações em relação a atrasos de horários e sobre a higiene dos coletivos. Como a Prefeitura já tinha planos de recuperar o serviço, tema discutido em reuniões mensais com suas secretarias, o Prefeito, por motivo de interesse público, retomou o serviço.

No caso fictício em tela, a extinção do contrato foi por meio de:

- a) caducidade, ocasionado pelo serviço prestado de forma inadequada ou deficiente;
- b) rescisão, no caso de descumprimento das normas contratuais pela concessionária;
- c) encampação, mediante lei autorizativa específica e depois prévio pagamento da indenização;
- d) invalidação, decorrente do princípio administrativo autotutela, com prévio pagamento de indenização;
- e) caducidade, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou regulamentares concernentes à concessão.

**30.** Patrícia, Delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, fora exonerada após processo administrativo disciplinar decorrente de denúncia anônima, alegando que a Delegada comunicava informações de operações sigilosas a criminosos. Passados sete meses de sua demissão, Patrícia conseguiu reunir novas provas, comprovando de maneira inequívoca sua inocência, e requereu revisão do processo administrativo.

Patrícia logrou êxito na revisão e obteve decisão administrativa deferindo seu reingresso na Polícia Civil, mediante:

- a) readaptação;
- b) redistribuição;
- c) aproveitamento;
- d) reversão;
- e) reintegração.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

*Adriane Fauth*

**31.** A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelas casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros

A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- a) emenda constitucional;
- b) lei complementar;
- c) ato suprallegal;
- d) lei ordinária;
- e) decreto.

**32.** Ted estava regando as plantas no jardim de sua moradia, em uma manhã de domingo, quando começou a passar mal. Barney, que transitava na frente do imóvel, assistiu à cena e imediatamente adentrou na casa para prestar socorro a Ted. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Barney

- a) não agiu corretamente, pois, durante o dia, apenas por determinação judicial é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- b) não agiu corretamente, pois apenas em caso de desastre é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- c) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) não agiu corretamente, pois apenas em caso de flagrante delito é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- e) agiu corretamente, pois é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador para prestar socorro.

**33.** Gama, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, em atuação na esfera territorial do Estado Alfa e que há uma década defende os interesses das pessoas com deficiência, constatou que determinado direito social consagrado na Constituição da República de 1988 não fora objeto de regulamentação pela legislação infraconstitucional. Esse estado de coisas impedia a sua fruição pelos destinatários em potencial, incluindo os seus associados. Por tal razão, decidiu impetrar mandado de injunção coletivo para que a omissão fosse suprida.

De acordo com essa narrativa, é correto afirmar que Gama:

- a) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, pois sua atuação não é nacional;
- b) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, já que o direito social a ser regulamentado abrange outros destinatários;
- c) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial;
- d) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, cabível apenas se o direito a ser regulamentado pertencer a uma coletividade indeterminada de pessoas;
- e) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, apesar de o direito social alcançar outros destinatários, sendo ainda exigida uma autorização especial.

**34.** O Deputado Estadual Mévio constatou que determinada faixa de terras situada na área territorial do Município Beta e, por via reflexa, no território do Estado Gama, no qual Beta estava inserido, jamais integrou o patrimônio de um particular e, além disso, jamais teve qualquer destinação atribuída pelo Poder Público.

Com o intuito de saber se essas terras efetivamente pertenciam ao Estado Gama, de modo que pudessem ser objeto de alguma política pública, Mévio consultou sua assessoria, que respondeu corretamente no sentido de que terras dessa natureza,

- a) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem à União.
- b) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Estado.
- c) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Município.
- d) pertencem ao Estado, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União.
- e) pertencem ao Município, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União ou ao Estado.

**35.** Maria e José, estudiosos do Direito Constitucional e odiadores do Direito Administrativo, travaram intenso debate a respeito das competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, ao final concluíram que de acordo com a CF/88 compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- b) a ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- e) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

**36.** Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria. A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

**37.** O controle externo financeiro da União e das entidades da administração federal direta e indireta é atribuição do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com a Constituição Federal, é competência do Tribunal de Contas da União:

- a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sanções como multa proporcional ao dano causado ao erário, por meio de decisão com eficácia de título executivo judicial.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública, exceto entidades da administração indireta.
- e) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

**38.** Caio e Tício estavam discutindo a respeito de dois grandes direitos consagrados na Constituição Federal, o direito de reunião e o direito de associação, desse debate concluíram corretamente que:

- a) As associações só poderão ter suas atividades suspensas ou serem compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- b) A criação de associações independe de autorização, sendo necessário seu registro em órgão competente, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) É possível o porte de armas em reuniões quando se tratar de manifestação de integrantes da área da segurança pública.
- d) O aviso prévio é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião, a ausência do aviso implica na ilegalidade da manifestação.
- e) O direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

**39.** Peter, estrangeiro, compareceu perante uma determinada repartição pública no Município Beta e verificou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em prejuízo da população que estava ali sendo atendida. Buscando uma solução administrativa, Peter:

- a) Poderá exercer o seu direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
  - b) Poderá exercer o seu direito de petição, que depende do pagamento de taxas.
  - c) Não poderá exercer o direito de petição, pois é estrangeiro.
  - d) não poderá exercer o direito de petição, pois tal direito só pode ser exercido em defesa de interesses pessoais e não coletivos ou gerais.
  - e) Poderá exercer o seu direito de petição, desde que representado por advogado.
-

**40.** De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, EXCETO:

- a) busca do pleno emprego.
- b) soberania nacional.
- c) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- d) Propriedade pública.
- e) livre concorrência.

## DIREITO ADMINISTRATIVO II

*Fabiano Pereira*

**41.** No município do Rio de Janeiro, uma concessionária - pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço público - consertava o duto onde passava a água potável que abastecia a zona sul da cidade. Luís, funcionário da concessionária, ao manusear equipamento para realizar a restauração, feriu uma criança com uma ferramenta. Infelizmente a criança veio a fraturar a perna esquerda. Indignados, os pais da criança buscaram a Defensoria Pública, que providenciou o ajuizamento de ação indenizatória. Ao fim da instrução processual, a Promotoria de Justiça deve direcionar seu parecer no sentido da:

- a) inexistência da responsabilidade civil, visto que o acidente foi um infortúnio aleatório, sem nenhuma intenção que importasse dolo da parte do funcionário;
- b) responsabilidade civil subjetiva da concessionária, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de culpa;
- c) responsabilidade civil objetiva da concessionária, que decorre das normas de direito privado, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de dolo;
- d) responsabilidade civil subjetiva da concessionária, que decorre da teoria do risco administrativo, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de dolo;
- e) responsabilidade civil objetiva da concessionária, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**42.** Pablo, Deputado Federal pelo Estado de Rondônia, criara um projeto com o objetivo de ajudar os garimpeiros que atuavam na região onde morava. Sem muitos obstáculos, o projeto fora aprovado rapidamente tanto no Congresso como no Senado e a sua homologação ocasionara a liberação de verba pública, direcionando-a para contas bancárias dos garimpeiros cadastrados no programa. Após oito meses de investigação, a Polícia Federal adentrou na residência do Deputado Pablo, às seis horas da manhã, e descobriu, em seu armário, malas repletas de dinheiro vivo, além disso, constataram, quando o Deputado se levantou da cama, que sua cueca estava recheada de notas de duzentos reais. Ao final do inquérito foi atestado que a quantia encontrada com o Deputado provinha dos garimpeiros de sua região, que o pagavam mensalmente para que aprovasse o projeto.

No caso fictício em tela, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, o Deputado Federal Pablo:

- a) Não praticou ato que configura improbidade administrativa;
- b) Praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, dentre outras penas, a resarcimento integral do dano e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios até 4 anos;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-se, dentre outras penas, a suspensão dos direitos políticos até 14 anos e multa civil até 24 vezes o valor da remuneração;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-se, dentre outras penas, a perda da função pública e dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- e) Praticou ato de improbidade que atenta causa prejuízo ao erário, sujeitando-se, dentre outras penas, a suspensão dos direitos políticos até 12 anos e perda de função pública.

**43.** Gustavo, prefeito municipal de Arraial do Cabo, interior do Estado do Rio de Janeiro, criara com dinheiro público um jornal informativo em que continha nomes, símbolos e imagens que ajudavam a divulgar a sua gestão. Ele imprimiu uma grande quantidade do jornal para distribuir aos moradores da cidade, assim, promovia os feitos do seu mandato com o objetivo de reforçar a sua imagem perante os eleitores.

Levando-se em consideração a conduta praticada pelo prefeito Gustavo, pode-se concluir que se trata de uma afronta direta ao princípio expresso da:

- a) Publicidade;
- b) Eficiência;
- c) Autotutela;
- d) Impessoalidade;
- e) Razoabilidade.

**44.** Alana, investigadora da Polícia Civil do Rio de Janeiro, teve conhecimento do 6º Encontro Nacional de Agentes de Polícia, que aconteceria em Brasília. Desse modo, formulara pedido de afastamento com o objetivo de participar do Encontro, o qual fora negado por seu superior, Leandro, que é Delegado da Polícia Civil. É correto afirmar que a decisão do Delegado encontrou fundamento no poder:

- a) Disciplinar;
- b) Hierárquico;
- c) De polícia;
- d) Restritivo;
- e) De fiscalização.

**45.** Marcos, servidor federal, avisara ao seu chefe imediato sobre a gravidez de sua esposa, Luana. Assim que o bebê viesse ao mundo, Marcos precisaria utilizar a licença paternidade, que era de cinco dias corridos.

Na quinta-feira pela manhã, daquela mesma semana, Marcos ligou para o seu chefe e o comunicou do nascimento do seu filho, solicitando a licença. Na terça-feira seguinte, transcorrido o prazo de 5 dias, o servidor voltou aos seus afazeres no setor.

No caso fictício em tela, qual foi a forma de extinção do ato administrativo do qual Marcos se beneficiou?

- a) Caducidade;
- b) Renúncia;
- c) Extinção subjetiva;
- d) Extinção objetiva;
- e) Extinção natural;

**46.** Benjamin, Governador do Estado do Rio de Janeiro, descobrira, depois de estudos tecnológicos, que a 50 km abaixo do fundo do mar, na praia de Cabo Frio, existe petróleo. Desse modo, Benjamin encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa, o qual dispunha sobre a autorização para criar determinada pessoa jurídica de direito privado destinada à exploração de atividade econômica, cujo capital social fosse totalmente pertencente ao Poder Público.

Considerando essa situação hipotética, o ente que se objetiva criar é denominado como

- a) Autarquia;
- b) Agência executiva;
- c) Empresa pública;
- d) Sociedade de economia mista;
- e) Fundação pública.

**47.** Cristiano, servidor público estável ocupante de cargo efetivo na cidade do Rio de Janeiro, após grande e árdua divulgação do seu nome, elegeu-se vereador no mesmo município para a legislatura que se iniciou em fevereiro de 2023.

De acordo com as normas constitucionais aplicáveis, Cristiano:

- a) deverá se afastar do cargo efetivo, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- b) deverá se afastar do cargo efetivo, independentemente de haver compatibilidade de horários auferindo a remuneração pelo cargo eletivo;
- c) poderá acumular os dois cargos, caso haja compatibilidade de horários, porém, perceberá apenas a remuneração de um dos cargos, facultando-lhe a escolha;
- d) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, caso haja compatibilidade de horários;
- e) poderá acumular os dois cargos, caso haja compatibilidade de horários, mas perceberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

**48.** Carla e Fernanda, durante o almoço, após a aula de Direito Administrativo, discutiam sobre a matéria estudada. As duas levantaram cinco hipóteses sobre o tema controle da atividade administrativa. A partir da leitura do fragmento, escolha a alternativa que apresenta a hipótese correta em relação ao tópico.

*A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público do Estado XY, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle:*

- a) externo, por meio de prestação de contas ao Poder Executivo estadual, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas estadual;
- b) externo do Ministério Público estadual e interno do Poder Judiciário de XY, com auxílio do Tribunal de Contas estadual;
- c) interno do Tribunal de Contas estadual e externo do Ministério Público da União;
- d) interno do Ministério Público estadual e externo do Poder Judiciário de XY, com auxílio do Tribunal de Contas estadual;
- e) externo do Poder Legislativo estadual, com auxílio do Tribunal de Contas estadual.

**49.** Mário, jornalista investigativo, fez a determinado órgão da administração pública um pedido de acesso à informação acerca da execução do orçamento em vigor, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

O órgão, em resposta, informou que, para o primeiro pedido, poderia disponibilizar as informações em um prazo de 20 dias, contudo, para o segundo pedido, a informação só poderia ser disponibilizada em um prazo de quinze anos.

Considerando a Lei de Acesso à Informação e respectivos regulamentos, os pedidos se tratam respectivamente, de informação:

- a) não reservada e ultrassecreta;
- b) não sigilosa e reservada;
- c) não sigilosa e secreta;
- d) ultrassecreta e secreta;
- e) reservada e ultrassecreta.

**50.** Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei 12.846/13 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira), a sanção de multa

- a) no valor de 10% do faturamento bruto do ano anterior.
- b) no valor de 5% do faturamento bruto do ano anterior.
- c) no valor de 20 % do faturamento bruto do ano anterior.
- d) no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
- e) no valor de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

**51.** Lívia dirigiu-se ao Banco Libra para solicitar uma concessão de crédito. Surpresa com o oferecimento de taxa de juros muito acima daquela praticada pelo mercado, Lívia ficou indignada ao descobrir que o cálculo fora realizado com base em tratamento automatizado de seus dados pessoais. Dessa forma, ela requereu ao banco acesso a tais dados, como também a informações sobre os métodos e procedimentos utilizados para a tomada da decisão. Vendo o relatório, apurou que, grande parte dos dados pessoais coletados se referia a sua homônima, que apresentava índices de crédito extremamente ruins.

Com base no caso em tela, assinale a opção que indica o princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) que teria sido violado pela instituição financeira.

- a) prevenção;
- b) livre acesso;
- c) qualidade dos dados;
- d) não discriminação;
- e) seguridade.

**52.** Amauri, empresário do ramo da pesca do interior do Rio de Janeiro, obteve da prefeitura licença para funcionamento de um estabelecimento do tipo *Pesque & Pague*, na região de Cabo Frio. No entanto, decorrido um ano após o início das atividades de seu estabelecimento, Amauri trocou a finalidade do empreendimento, que passou a ser um motel, onde alugava quartos com espaço para carros. O empresário Amauri não fez qualquer comunicação ou ciência dessa troca ao poder público.

No caso fictício em tela, Amauri, por sua culpa, descumpriu os requisitos do ato de sua concessão, portanto, haverá a extinção do ato administrativo de licença por meio da:

- a) extinção objetiva.
  - b) contraposição.
  - c) cassação.
  - d) extinção natural.
  - e) caducidade.
-

**53.** Após furto ocorrido no pátio da garagem da prefeitura do Rio de Janeiro, a sociedade empresária *Slim Tech* foi contratada pelo Estado, depois de processo licitatório, para realizar a instalação de câmeras de gravação e luzes sensíveis ao movimento. A empresa contratada não executou parcialmente o contrato, conforme comprovado em processo administrativo em que lhe foi garantida a prévia defesa. Diante disso, o Estado contratante aplicou à *Slim Tech* a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado, pelo prazo de 9 meses.

No caso fictício em tela, verifica-se que o Estado procedeu usando qual poder administrativo?

- a) Poder de polícia;
- b) Poder hierárquico;
- c) Poder normativo;
- d) Poder regulamentar;
- e) Poder disciplinar.

**54.** Júnior, agente da Polícia Civil do Rio de Janeiro, lotado no setor de orçamentos, fazia parte do grupo responsável por analisar e aprovar licitações do órgão. Júnior era amigo de longa data de André, dono de uma das maiores lojas de suplementos alimentícios do Estado. Os dois, num churrasco, confabularam em conversa particular, que Júnior recebesse vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de cinco mil reais, com o objetivo de facilitar a aquisição de lotes suplementares pela administração da Delegacia Civil por preço superior ao valor de mercado. O plano foi bem sucedido e após se passarem três meses da conversa, Júnior começou a receber as parcelas.

De acordo com a Lei nº 8.429/92 - de improbidade administrativa, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Júnior:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo ao erário;
- b) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Júnior cumpriu a aquisição dentro das diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 12 (oito) anos;
- e) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos.

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

**55.** Daniela, Prefeita do Rio de Janeiro, publicou um edital de licitação com objetivo de adquirir 25 aparelhos de ar-condicionado para a Escola Municipal Joaquim Barbosa. Todavia, no dia seguinte à publicação do edital, ocorreu uma forte chuva com ventos que ultrapassaram os 120 km/h, arrancando o telhado de outras escolas municipais. Pelo fato sucedido, a Prefeita Daniela optou pela revogação da licitação, *ex-officio*.

Com base no caso fictício em tela, é correto afirmar que a atitude da Prefeita está relacionada ao princípio da

- a) Razoabilidade;
- b) Autotutela;
- c) Eficiência;
- d) Moralidade;
- e) Indisponibilidade.

---

**CONTROLES INTERNOS**

---

*Tonyvan Carvalho*

**56.** De acordo com a NBC TA 315 (R1), o ambiente de controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas. O ambiente de controle abrange elementos que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento. Sendo assim, NÃO é um elemento do ambiente de controle relacionado na referida norma:

- a) Comunicação, integridade e valores éticos.
- b) Compromisso com a competência.
- c) Filosofia e estilo operacional da administração.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas públicas.

**57.** Uma estratégia interessante para a avaliação dos controles internos em uma organização é considerar como os seus princípios básicos estão estruturados. Um dos princípios básicos considerados na avaliação de controles internos é o da oposição de interesse, segundo o qual:

- a) a entidade deve promover periodicamente o rodízio de pessoal;
- b) a entidade deve, sempre que possível, adotar processo eletrônico para registrar as operações;
- c) a pessoa que realiza uma operação não pode ser a mesma envolvida na função de registro;
- d) as instruções inerentes ao desempenho funcional devem constar em um manual de procedimentos padrão;
- e) as responsabilidades devem ser claramente delimitadas.

**58.** Em um trabalho de auditoria, quando um auditor interno precisa obter razoável segurança do efetivo cumprimento dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento;
- b) correlação das informações;
- c) procedimentos de revisão analítica;
- d) testes de observância;
- e) testes substantivos.

**59.** A Secretaria de Fazenda de um Estado da Federação mantém um volume significativo de informações sensíveis armazenado em seus sistemas informatizados. Porém, há indícios de que os controles de tecnologia da informação (TI) têm sido negligenciados, resultando em diversas deficiências no controle de TI.

Tendo em vista a salvaguarda dos ativos do ente, procedimentos de revisão periódica dos registros de tentativas de acessos e comandos (não autorizados), com comunicação dos resultados ao gestor competente, podem ser associados ao seguinte componente do controle interno:

- a) ambiente de controle;
- b) avaliação de risco;
- c) atividades de controle;
- d) atividades de monitoramento;
- e) informação e comunicação.

**60.** De acordo com as Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, emitidas pelo Institute of Internal Auditors, a avaliação do ambiente de controle é componente essencial para se atingir os principais objetivos do sistema de controle interno. São elementos constituintes do ambiente de controle, EXCETO:

- a) atividades de controle sobre a tecnologia;
- b) atribuição de autoridade e responsabilidade;
- c) estilo operacional da administração;
- d) integridade e valores éticos;
- e) políticas e práticas de recursos humanos.

**61.** Assinale a opção que indica o componente de controle interno que serve de fundamento para os demais componentes e que se refere diretamente aos valores éticos e à criação de uma cultura de honestidade dentro de uma entidade.

- a) ambiente de controle
- b) processo de avaliação de risco
- c) sistema de informação
- d) atividades de controle
- e) monitoramento dos controles

**62.** Os serviços de avaliação, também denominados assurance, consistem em exames objetivos da evidência com o propósito de fornecer para a organização uma avaliação independente sobre os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles. Entre os trabalhos a seguir, o único que NÃO se considera um trabalho de assurance é:

- a) auditoria financeira;
- b) auditoria de conformidade;
- c) auditoria de sistemas;
- d) consultoria;
- e) due diligence.

**GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCO***Stefan Fantini*

**63.** A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

**64.** Na matriz GUT, a \_\_\_\_\_ tem relação com grau de dano ou prejuízo que determinado problema poderá trazer à organização.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) gravidade
- b) urgência
- c) tendência
- d) anomalia
- e) grandiosidade

**65.** O gerente de determinada organização encontrou diversos problemas e precisa utilizar uma ferramenta para priorizar esses problemas. Nessa situação, poderá utilizar a ferramenta conhecida como

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Diagrama de Causa e Efeito
- c) Matriz BCG
- d) Matriz GUT
- e) Matriz SWOT

**66.** “João das Neves”, “quinta-feira” e “R\$ 100” foram algumas das descrições encontradas em alguns dos campos de um mesmo registro de uma conhecida ferramenta conhecida como:

- a) Diagrama de Pareto;
- b) Análise SWOT;
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) 5W2H.

**67.** A ferramenta que permite ao gestor “visualizar” e “entender” quais são as causas que estão gerando determinados efeitos (problemas) é chamada de

- a) Diagrama de Pareto;
- b) Análise SWOT;
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) 5W2H.

**68.** De acordo com o Guia BPM CBOK , “o SIPOC é uma técnica que descreve a sequência “\_\_\_\_\_”, usada para verificar se as entradas do processo correspondem às saídas dos processos anteriores, bem como se as saídas do processo correspondem às entradas esperadas pelos processos seguintes”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) Entrada-Projeto-Processo-Saída-Cliente
- b) Fornecedor-Entrada-Processo-Saída-Cliente
- c) Cliente-Saída-Processo-Entrada-Funcionário
- d) Entrada-Funcionário-Cliente-Saída-Feedback
- e) Entrada-Produção-Saída-Cliente-Feedback

**69.** A técnica que consiste em reunir um grupo de pessoas para que elas exponham suas opiniões, ideias ou sugestões, em que os participantes são estimulados e incentivados a produzir, sem qualquer crítica ou censura, o maior número de ideias e sugestões sobre determinado assunto ou problema é chamada de

- a) SIPOC
- b) Análise SWOT
- c) Brainstorming
- d) Ciclo PDCA
- e) Matriz BCG

**70.** Trata-se de um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo:

- a) Processo
- b) Projeto
- c) Organograma
- d) Fluxograma
- e) SIPOC

## FINANÇAS PÚBLICAS

*Amanda Aires*

**71.** A Lei nº 4.320/64 prevê princípios orçamentários expressos. O princípio exposto no Art. 3º, pelo qual a Lei de Orçamentos determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

- a) unidade
- b) exclusividade
- c) universalidade
- d) orçamento bruto
- e) transversalidade.

**72.** O princípio orçamentário que determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei é

- a) Exclusividade.
- b) Universalidade.
- c) Entidade.
- d) Legalidade.
- e) Unidade.

**73.** O prefeito de um município, ao enviar uma proposta orçamentária ao Poder Legislativo Municipal que não evidencia o orçamento ser claro e de fácil compreensão a qualquer indivíduo, comete uma evidente violação ao princípio:

- a) da clareza.
- b) da exclusividade.
- c) da especificação.
- d) do não-estorno.
- e) da universalidade.

**74.** O princípio orçamentário da legalidade preconiza que

- a) a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- b) o exercício financeiro orçamentário é período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas Lei Orçamentária Anual irão se referir.
- c) deve existir orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- d) cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, subordinando-se aos ditames da lei.
- e) as receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual devem ser registradas pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

**75.** Quando da elaboração da proposta de Plano Plurianual para um dado período, um cuidado que os analistas da área de planejamento do ente público devem considerar é que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública devem ser estabelecidos:

- a) conforme o impacto no patrimônio público;
- b) de forma regionalizada;
- c) de forma segregada por função de governo;
- d) em termos de impacto no resultado primário;
- e) por critério de categoria econômica.

**76.** Com base no Plano Plurianual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É um instrumento de planejamento a curíssimo prazo.
- b) Existe para estabelecer as diretrizes, metas e objetivos do governo municipal, apenas
- c) Atualmente possui vigência de quatro anos, a começar já do primeiro ano do mandato.
- d) Abrange despesas de capital.
- e) Abrange despesas de programas com duração de tempo determinada

**77.** Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual o orçamento deverá manter o equilíbrio, do ponto de vista financeiro, entre os valores de receita e despesa.

- a) Anualidade.
- b) Clareza.
- c) Equilíbrio.
- d) Exclusividade.
- e) Legalidade.

**78.** Apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. O Projeto é elaborado pelo Poder Executivo e proposto até 31 de agosto do ano anterior ao de sua vigência. Após a análise e votação, o Congresso Nacional tem até o dia 22 de dezembro para devolver ao Poder Executivo para sanção. Estamos falando de

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - b) Orçamento Impositivo.
  - c) Lei Orçamentária Anual.
  - d) Plano Plurianual.
  - e) Lei de Responsabilidade Fiscal
-

**79. A lei de diretrizes orçamentárias**

- I compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal apenas.
- II estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- III orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- IV disporá sobre as alterações na legislação tributária estadual
- V estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e IV estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e V estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**80. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (Lei nº 14.194/2021), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.**

- ( ) O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, a respectiva Lei e os créditos adicionais devem discriminá-la, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a despesas de pessoal decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração.
- ( ) As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais devem ser acompanhadas de comprovação de que a medida não impacta a meta de resultado primário estabelecida na própria LDO nem o teto de gastos.
- ( ) As proposições legislativas que reduzem receita da União, estar acompanhada de medida compensatória que anule o efeito da redução da receita no resultado primário, por meio do aumento de receita corrente ou da redução de despesa

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e V.
- b) V, V e V.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, F e F.

**81. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa exclusiva do Poder**

- a) Executivo.
- b) Legislativo.
- c) Judiciário.
- d) Executivo e Legislativo.
- e) Legislativo e Judiciário.

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

**82.** De acordo com o MCASP, os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. A alternativa que contém apenas princípios orçamentários é:

- a) Oportunidade, Orçamento Bruto, Continuidade e Exclusividade.
- b) Periodicidade, Oportunidade, Exclusividade e Continuidade.
- c) Totalidade, Publicidade, Transparência e Legalidade.
- d) Unidade, Totalidade, Legalidade e Continuidade.
- e) Universalidade, Não vinculação, Exclusividade e Materialidade.

**83.** A Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 165, criou um conjunto de normas complexas para regulamentar o processo orçamentário federal. Quanto a essas normas, assinale a alternativa correta.

- a) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- b) Planejamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Planejamento Estratégico, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- d) Plano Diretor, Lei Orçamentária Anual e Lei Anual Financeira.
- e) Planejamento Anual, Planejamento Estratégico, Plano Diretor

**84.** A lei de diretrizes orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento, o orçamento das empresas e o orçamento da.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto:

- a) fiscal - investimento das empresas - seguridade social.
- b) administrativo - financiamentos das empresas - metas fiscais.
- c) fiscal - contingência das empresas - seguridade social.
- d) administrativo - contingência das empresas - metas fiscais.
- e) Administrativo – Investimento das empresas – metas fiscais

**85.** A partir da Constituição de 1988 passa a ser compulsória a integração entre diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, por meio da Lei

- a) de Diretrizes Orçamentárias.
- b) do Orçamento Anual.
- c) de Responsabilidade Fiscal.
- d) do Plano Plurianual.
- e) do Orçamento Base Zero.

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL***Guilherme Santanna*

**86.** Quando um auditor precisa obter razoável segurança da efetividade operacional dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, inclusive quanto ao seu funcionamento, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) procedimentos de revisão analítica
- d) testes de observância
- e) testes substantivos.

**87.** A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. A forma da observação direta em que o pesquisador está mais livre, sem fichas ou listas de registro, havendo ou não o registro formal das informações obtidas, é denominada:

- a) não registrada;
- b) identificada;
- c) não identificada;
- d) sistemática;
- e) assistemática

**88.** Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada com abstenção de opinião
- d) modificada adversa
- e) não modificada qualificada

**89.** De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de compliance
- e) especial

**90.** Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, sendo considerado consistente aquele que:

- a) mereça ser relatado
- b) mostra-se convincente a quem não participou do trabalho
- c) é apresentado de forma objetiva
- d) está devidamente fundamentado por evidências
- e) está relacionado de forma clara e lógica aos objetivos e critérios da auditoria

**91.** A respeito do uso de amostras para a realização dos trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não poderão ser empregadas técnicas de amostragem.
- b) Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- c) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar está diretamente relacionado ao tamanho da amostra exigido.
- d) O critério de seleção da amostra deverá ser suportado por critério estatístico.
- e) Taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.

**92.** Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

- a) Valores de ética e integridade.
- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Novas normas contábeis.

**93.** Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, assinale a opção correta.

- a) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.
- b) Quanto maior for a avaliação de risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção a serem tolerados pelo auditor.
- c) Testes substantivos são aplicados para que se obtenha evidências quanto ao funcionamento dos controles da entidade.
- d) No método de seleção sistemático, o auditor seleciona, sistematicamente, e com uso de geradores de números aleatórios, os itens que irão compor a amostra.
- e) A documentação do tipo corrente é aquele perene, utilizada no período corrente e em outros.

**94.** Nas auditorias, as seguintes técnicas devem ser realizadas pelos auditores governamentais:

**I** constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado;

**II** conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;

**III** realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;

**IV** verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;

**V** examinar as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada uma dessas técnicas.

a) observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; exame documental

b) observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; exame documental

c) inspeção física; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

d) inspeção física; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis

e) exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

**95.** Uma das matrizes utilizadas no trabalho de auditoria tem por propósito auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e a orientação da equipe na fase de execução. É uma ferramenta que facilita a comunicação de decisões sobre metodologia e auxilia a condução dos trabalhos de campo. Estamos falando da:

- a) matriz de planejamento
- b) matriz de execução
- c) matriz de achados
- d) matriz de responsabilização
- e) matriz de regularidade

**96.** O processo de obtenção e avaliação das informações compreende a obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno

b) a informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna

c) a informação relevante é a que dá suporte às conclusões da Auditoria Interna

d) a informação fidedigna é a que fornece uma base sólida para as recomendações da Auditoria Interna

e) a informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas

Simulado CGM RJ (Técnico de Controle Interno) – Pós Edital - 11/02/2023

---

**97.** Nos termos da NBC TI 01, a análise dos riscos da auditoria interna deve ser feita na fase de:

- a) execução dos trabalhos
- b) comunicação dos resultados
- c) monitoramento
- d) retroalimentação
- e) planejamento dos trabalhos

**98.** A Matriz de Responsabilização deve ser preenchida:

- a) sempre que houver achados que se constituam em impropriedades
- b) sempre que houver achados que se constituam em irregularidades e somente para esses achados
- c) para qualquer tipo de achado
- d) sempre que houver nexo de causalidade entre a conduta e o achado
- e) com as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, quais as informações requeridas

**99.** Na auditoria de conformidade, existem dois níveis de asseguração: o primeiro transmite que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos. O segundo transmite que nada veio ao conhecimento do auditor para fazê-lo acreditar que o objeto não está em conformidade com os critérios.

Os níveis de asseguração acima comentados são, respectivamente:

- a) positivo e negativo
- b) específico e pontual
- c) de conformidade e operacional
- d) relevante e confiável
- e) razoável e limitada

**100.** Um Tribunal de Contas recebeu informações, advindas de representantes da sociedade civil, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. A narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular e o Tribunal decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, para definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) o monitoramento;
- c) o levantamento;
- d) a tomada de contas;
- e) a inspeção.

**NÃO É ASSINANTE?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

**<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>**

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

**<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>**